

CLASSE MÉDIA, CLASSE TRABALHADORA E PRECARIADO: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO TEÓRICA DAS CLASSES SOCIAIS.

Pablo Almada¹

Desde os anos 1970, a definição teórica das classes médias tem sido um importante conceito para compreender as transformações de classe no interior das sociedades capitalistas. Atualmente, trata-se de um ponto de tensão entre varias vertentes de análise de classe que, basicamente, ou partem das análises sobre o trabalho (vertente marxista), ou partem das análises sobre o mercado (vertente weberiana) ou são sustentadas por análises de rendas. Constitui-se, portanto, um desafio explicativo para a sociologia, no que diz respeito as transformações das estruturas e estratificações de classe. Para isso, o presente artigo propõe revisar algumas das premissas que embasaram as formulações teóricas das classes médias e confrontá-la com a perspectiva de alargamento da classe trabalhadora e com as novas teorias sobre o precariado. Devido a heterogeneidade de abordagens, entende-se que a noção de exploração e luta de classes tem sido abandonada por algumas dessas vertentes, mas, questiona-se aqui a atualidade e pertinência desses conceitos para a compreensão das recentes transformações de classe.

Palavras Chave: Classes Sociais, Classe média, Classe Trabalhadora, Precariado, Análise de Classes.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, as definições teóricas sobre as classes sociais em geral, perderam singularmente o seu valor explicativo nas Ciências Sociais. Em parte, ocorreu por conta da perda de força do marxismo após as manifestações globais de 1968, já que o cerne dessa teoria colocava a questão da classe social como central ao desenvolvimento teórico-analítico das sociedades capitalistas. Em parte, o surgimento de novas transformações sociais retiravam o poder explicativo dessas análises, ao se deparar com situações novas de disposições que interligariam os indivíduos com os posicionamentos sociais, ocupações, atividades e ações coletivas que ainda não haviam sido contempladas pela teoria social. Embora tais polêmicas tenham surgido no período assinalado, sua pertinência se dá subsequentemente, conforme novos debates teóricos sobre as classes sociais procuraram reconstruir ou retomar determinados elementos das ulteriores teorias de classes sociais, ou mesmo, conforme novos conceitos aparecem para substituir, ainda que parcialmente, tais formulações, como no caso, as referências às identidades, ao mercado e à renda.

¹ Professor do Departamento de Ciências Sociais, área de Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina. Contato: pabloera@gmail.com



As dinâmicas das desigualdades estruturais, sejam econômicas ou culturais, detiveram, ao longo dos últimos anos, uma importância crucial na redefinição das configurações e transformações sociais. Por conta disso, o presente artigo tem como objetivo a recomposição de elementos que possam ser úteis para a conceituação das teorias de classe nas sociedades contemporâneas, no que diz respeito a pertinência de três disposições de classe: as *classes médias*, as *classes trabalhadoras* e o chamado *precariado*. A justificativa metodológica para esse recorte analítico se dá sobretudo por conta das disputas na reorganização das classes sociais em torno dos três eixos acima mencionados. Por sua vez, é notável que, no interior das teorias sociais, os três conceitos passam a ser construídos de forma híbrida, ou seja, mesclam as contribuições *marxistas* (ou *neomarxistas*), *weberianas* (ou *neoweberianas*), *bourdiebianas* e baseadas em critérios de *renda*.

Embora não haja, ao longo da teoria sociológica das classes sociais, uma síntese entre tais análises, mas frequentemente, uma contraposição de elementos principais dessas visões, não se pretende aqui concretizar uma junção entre as formulações teóricas respeitando as várias diferenças internas. Não obstante, propõe-se a entender em que medida as três disposições de classe podem ser avaliadas em síntese, para lançar uma luz sobre a pesquisa empírica das classes sociais.

1. UMA DEFINIÇÃO DE CLASSES SOCIAIS?

Nas Ciências Sociais, por muito tempo, as definições sobre classes sociais opuseram substancialmente as formulações marxianas e weberianas, o que conduziu a inúmeras tensões no interior da chamada análise de classes. Em comum, as duas formulações teriam interesse em buscar as causas das desigualdades sociais (PORTES & HOFFMANN, 2003), que podem ser similares, mas alterando as dinâmicas explicativas e analíticas.

É na tradição marxista que a classe aparece como um valor explicativo histórico e econômico essencial. As classes sociais aparecem a partir da estrutura econômica, o que separa os proprietários dos meios de produção e àqueles que vendem a sua força de trabalho, o que conduz a um conflito central de exploração no modo de produção capitalista. Por sua vez, estabelece-se uma explicação *holista e realista* das classes sociais: *holista* porque permite relacionar a classe para além dos seus membros individuais; *realista* porque as classes não são apenas construções intelectuais, mas “entidades verificáveis e tangíveis” (CHAUVEL, 2001, p. 317). Por conta disso, na teoria marxista, a análise de classes é uma construção teórica fundamental, porque é nela que se dá a compreensão do conflito de classes como estruturante das relações sociais capitalistas, desenvolvendo a percepção de que esse conflito é força motriz das relações de produção, a noção de luta de classes (MILIBAND, 1996, p. 473). A tradição marxista constituiu-se naquela em que a importância do conceito de classes sociais é conduzida tanto pelos aspectos econômicos quanto pelos aspectos políticos e, por conta disso o conceito adquire uma centralidade explicativa (WRIGHT, 2015).



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

Deve-se considerar que até a década de 1970, muitos estudos de linhagem marxista embasavam-se na construção do esquema de classes da polarização descrita anteriormente e embasada no Manifesto do Partido Comunista, que separaria as classes “para si”, a burguesia detentora dos meios de produção, do proletariado os trabalhadores assalariados não-manuais (TRÓPIA, 2004, p. 69; ALMADA, 2015, p. 172). A oposição entre trabalho (assalariado) e propriedade é o que demarca a relação de produção da qual se fundamenta essa noção, indo ao encontro do desenvolvimento das relações fantasmagóricas que irão se desenvolver na mercadoria. A tese da polarização de classe como determinante na teoria de classes marxista demarca a deixa de lado as formulações que possam ocorrer nos estratos intermediários, de domínio das classes “em-si” - camponeses, as camadas médias e a pequena burguesia - que mesmo presentes no Século XIX, tendencialmente seguiriam para o desaparecimento (ou proletarização), notadamente conforme as situações de classe se tornariam mais complexas nas relações de produção do capitalismo industrial que impulsionaria as classes para-si. A negação dessas classes evidenciava o processo de polarização, porém, também enfatizava como o trabalho assalariado estaria crescendo e o capital se monopolizando. Muitos marxistas perceberam tal lacuna e, já na década de 1970 e 1980, partiram para compreender as posições intermediárias de classe bem como os fundamentos ideológicos dessas classes sociais (POULANTZAS, 1975; SAES, 1985; WRIGHT, 1989).

Por outro lado, as concepções weberianas de classes sociais derivam das relações dos indivíduos com os mercados, definidas entre as oportunidades e as desigualdades de vida através de dinâmicas similares (BREEN, 2015, p. 50). O mercado geraria portanto, aquelas oportunidades que podem resultar na disputa ou na apropriação de bens materiais e culturais, e, dessa forma, gera uma identificação entre o mercado - ou as ocupações profissionais - e as situações de classe. Nesse paradigma, a definição das relações de classe encontra no conceito de “classes econômicas”, as determinações tipo-ideal para os que detêm a propriedade e os meios de produção ou os não possuidores. Quatro classes são encontradas nessa matriz: os grupos proprietários e empresariais dominantes; a pequena burguesia; os trabalhadores com qualificações formais (classe média) e os trabalhadores não qualificados que detêm a força de trabalho (classe operária). (BREEN, 2015, p. 47). Sendo assim, as classes sociais seriam identificadas pelo *individualismo* ao afirmar que uma classe é formada pela soma de indivíduos, e também pelo *nominalismo*, ao postular-las como tipos ideais, conceituais (CHAUVEL, 2001, p. 317).

Nesse sentido, o paradigma weberiano pode ser utilizado para análise do posicionamento e situação de classe, possibilitando reconhecer, para além das concepções de desigualdades de classe, como no paradigma marxista, a relação simbólica que permeia e estrutura essa relação de classes. O posicionamento perante o mercado de trabalho é um fato que leva a considerar todas as implicações referentes ao status e ao simbólico que se inscrevem em situações de mercado de trabalho e processos de mobilidade social, que podem resultar em diferenças de prestígio, honra e status (ESTANQUE, 2001, p. 73-4).

As perspectivas marxista e weberiana conduzem o problema das classes sociais por dois caminhos epistemológicos e por dois caminhos analíticos. Em primeiro lugar, há um primeiro polo análise fundado na separação entre o *holismo* da teoria marxista e o



individualismo metodológico da teoria weberiana; em segundo lugar, enquanto as teorias marxistas se pautam na verificação concreta das classes sociais, seu *realismo*, por outro, as teorias weberianas pautam-se pelo *nominalismo* das classes enquanto tipos ideais. A construção de um outro polo analítico se dá conforme as análises marxistas se fundamentam nas relações de *trabalho* e na *produção*, encontrando a *exploração* (de mais-valia) como critério decisivo para as desigualdades. Na construção weberiana, a fonte de desigualdades ou de oportunidades está no *mercado*, que corrobora para uma classificação econômica das classes sociais tendo em vista uma visão descritiva (e portanto, não conflitiva) entre as classes econômicas, mas que ao resultar em disparidades as compreende enquanto *dominação social*.

Por pressuposto, essas visões somente dialogam conforme a versão marxista é abruptamente reduzida à noção de trabalho assalariado e essa torna-se sinônimo da estratificação por renda ocorrida pelas oportunidades no mercado de trabalho. Entretanto, ainda que na mesma linha de argumentação, Wright (2015) aponta um efeito que é justamente o contrário: por enfatizar as oportunidades de vida dadas pelo mercado, a visão weberiana de classes sociais encaixa-se amplamente sobre a perspectiva marxista que, por sua vez, ainda contempla a explicação da origem do mercado a partir da produção e a exploração dada nesse âmbito, sendo, portanto, bastante mais completa que a primeira. A fins de enfatizar a persistência desse argumento, é possível perceber uma lacuna também presente em Wright, a saber, a ausência da caracterização da exploração como sendo a *exploração do trabalho*. A ausência dessa mediação é, portanto, crucial para o desenvolvimento das teorias neo-marxistas e resulta em certas dificuldades. Ainda que esse modelo analítico tenha sido criticado pelo próprio Wright conta de sua insuficiência na operacionalização, ou mesmo, em referência ao desprendimento das relações produtivas, Wright se afasta do problema do ponto de vista da relação entre valor-trabalho (BENSAID, 1999). Isso porque sem a demarcação do trabalho, concretiza-se a subordinação das relações de exploração pelas relações de dominação, criando uma indefinição sobre aquilo que poderia ser criterioso para conceituar as relações intermediárias entre as classes sociais.

2. O DEBATE DE CLASSES: A PERSPECTIVA DE DIFERENCIAÇÃO DOS CONCEITOS DE CLASSES MÉDIAS

Do ponto de vista analítico, portanto, o objetivo aqui a ser seguido é o de postular as dimensões do trabalho nas relações entre as classes médias, as classes trabalhadoras e o precariado. Entende-se, como ponto de partida, que tal compreensão é pretende apenas lançar uma luz na revitalização das teorias de classe, algo que pode funcionar também na compreensão das relações de classe atuais e suas novas dinâmicas e limites.

O aparecimento de reflexões sobre as classes médias nas sociedades capitalistas se deu conforme o crescimento destas ocorreu na metade do Século XX nos países centrais e que colocaram em evidência as novas configurações sociais, marcadas pelo crescimento dos *white collars*, trabalhadores especializados da gerência e gestão administrativa, seja do Estado, seja das empresas capitalistas (MILLS, 1976). Por outro lado, tal perspectiva



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

contempla as configurações do mercado de trabalho e suas oportunidades, pouco referenciando as transformações de nível laboral das sociedades capitalistas avançadas.

Porém, ao contrário de Mills, que pondera que a classe média poderia se originar tanto ou da ascensão da classe operária ou do declínio de posições superiores das classes burguesas à nova classe média, Braverman (1980) observa a questão num sentido mais complexo: a nova classe média pode ser explicada pelos *movimentos do capitalismo*, sem os quais seria impossível de se compreender as relações entre o crescimento da economia e a grande massa de trabalhadores desempregados nos países centrais a partir do período pós-guerra. Os novos contornos monopolistas do capitalismo evidenciaram a submissão do trabalho improdutivo à lógica do capital, reforçando a expansão do trabalho produtivo e, assim, ao contrário da pequena burguesia, que faria parte do período do capitalismo pré-monopolista, para se analisar as novas relações de classe intermediárias, seria necessário apresentar as ramificações existentes. Nelas, a classe de trabalhadores assalariados não possuiria acesso ao processo laboral, ou aos meios de produção fora do emprego, devendo incessantemente renovar seu trabalho ao capital para fins de subsistência.

Fariam parte dessas classes aqueles trabalhadores de setores de engenharia, técnica, quadros científicos, supervisores e gerentes, bem como funcionários especializados em marketing, em administração pública ou privada. Essa seria a chamada nova classe média, sendo que a antiga classe média não desempenharia papel direito no processo de acumulação capitalista, como aconteceria com a nova classe média. Sobre a nova classe média, Braverman (1980, p. 281) define-a como sendo, portanto, aquelas posições intermediárias que fazem parte do processo de acumulação de capital e que tanto tem condições e recompensas dadas pelo capital como também é carregada da condição proletária.

Se a dualidade de classes é tratada por Braverman como essencial no processo de divisão de classes no capitalismo contemporâneo, por sua vez, Poulantzas (1976) reafirma que, antes de tudo, o processo de polarização é fundamental para se perceber a pertinência das lutas de classe e as determinações estruturais geradas sobre a chamada nova pequena burguesia. Diferencia-se, portanto, a *antiga pequena burguesia* como sendo aquela composta por produtores em pequena escala e pequenos proprietários, e, a *nova pequena burguesia* como sendo aquela composta por trabalhadores não-produtores assalariados. Entretanto, não há, nessa visão, a formulação das relações de classe apenas do ponto de vista econômico: seria necessário remeter-se aos aspectos ideológico-políticos que definem a pequena burguesia perante as determinações estruturais de classe. No entanto, “referir-se a essas relações não é reduzir as determinações de classe à posições de classe” (POULANTZAS, 1976, p. 207), já que essas relações pautam-se na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e suas relações com o poder e com a autoridade, enquanto uma visão sobre a posição de classe poderia fazer oscilar uma visão de cunho burguesa sobre a realidade ou uma visão da classe trabalhadora sobre a realidade, mesmo que não haja a pertença direta dessas classes. Na visão de Poulantzas, haveriam “disposições ideológicas comuns” que “unificariam a pequena burguesia tradicional e os assalariados não-manuais em uma nova classe”, a nova pequena burguesia” (TRÓPIA, 2004, p. 71).

Na mesma linha de Poulantzas, mas com algumas ressalvas, Saes (1977)



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

desenvolve uma crítica a unidade ideológica entre a pequena burguesia tradicional e a nova classe média, identificando a primeira com o campesinato e os pequenos comerciantes e, os segundos, com os trabalhadores assalariados do comércio, ou administradores e gestores financeiros. Assim, enquanto a pequena burguesia tradicional teria uma relação de subordinação indireta e externa ao capital, sendo constantemente ameaçada pelo grande capital no processo de proletarianização, a nova classe média estaria na subordinação direta do trabalho ao capital, sendo, portanto, uma expressão acabada das relações de trabalho tipicamente capitalistas.

Nesse sentido, as situações são distintas e não podem ser deduzidas como semelhantes. Para a tradição marxista, a pequena burguesia tradicional é uma classe em transição e, portanto, são proprietários ameaçados pelo grande capital; mas ainda não são trabalhadores já sujeitos ao capital, porque ela se apegava na propriedade privada e rejeita o trabalho assalariado: ela executa sobretudo trabalho manual. A nova classe média é assalariada e rejeita o trabalho manual (essa é sua singularidade ideológica). A Classe média e trabalhador improdutivo não são conceitos coincidentes, porque a noção de classe média não se dá ao nível econômico, mas a nível ideológico. A Classe média é uma noção de estratificação social, “relacionada com a ideologia dominante que reduz a divisão capitalista do trabalho em uma hierarquia de trabalho” (SAES, 1985, p. 99). Isso quer dizer que “a ideologia dominante apaga da consciência de certos trabalhadores improdutivos a contradição entre capital e trabalho assalariado, substituindo-a aí pelo sentimento de superioridade do trabalho não-manual com relação ao trabalho manual” A definição de classe média, utilizada por Saes é a seguinte: “a classe média se define como o conjunto dos efeitos políticos reais produzidos sobre certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante, que apresenta a hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos” (SAES, 1977, p. 100).

Ao contrário da determinação estrutural de classes como defendida por Nicos Poulantzas e Décio Saes, Wright (1989) enfatiza a definição a partir do posicionamento de classes, colocando no centro de sua análise, a questão das classes médias, no tocante à necessidade de explicação e equacionamento entre exploração e dominação. Em seu primeiro modelo analítico, Wright procurava explicar a classe média através de uma “unidade política” da qual poderia ser analisada em termos de lugares contraditórios de classe, trabalhando com critérios de diferenciação, como a propriedade dos meios de produção, a autonomia da produção, o controle sobre as forças de trabalho e as relações de poder, separando a propriedade e o controle dos meios físicos do processo de produção (ESTANQUE, 2001, p. 29-31). A noção de lugares contraditórios de classe leva em consideração que uma classe média pode possuir uma dupla (ou tripla, etc.) designação contraditória, ser ao mesmo tempo classe explorada e classe exploradora, definida através das relações entre classes e seus posicionamentos, o que faz com que a “relação trabalho-capital deva ser vista como um combinado de práticas relacionais”, enfatizando a composição das relações de classe em duas dimensões, as “relações de propriedade ou de posse e [as] relações de posse ou controle”, a primeira ligada ao conceito de exploração, a segunda ligada ao conceito de dominação (WRIGHT, 1989, p. 302-3).

O segundo modelo explicativo de Wright (1989) procurou evitar o déficit da exploração em sua análise de classes, ao compreender o desenvolvimento do mercado nas



sociedades capitalistas e enfatizando as relações de propriedade. O resultado foi a tentativa de ampliar as localizações estruturais das classes médias, através de uma visão multidimensional que combinaria os lugares contraditórios de classe com a exploração de classe, mediante os interesses materiais. A noção de múltiplas explorações considera “distintos mecanismos de exploração que podem ser diferenciados com base no tipo de meios de produção, a posse (ou controle) desigual que permite à classe explorada apropriar parte da mais-valia socialmente produzida” (WRIGHT, 1989, p. 306).

Tendo em vista as diferenças e disparidades das análises de classe quanto às referências as classes médias, percebe-se que as percepções que centralizam-se no debate das categorias do trabalho (trabalho manual, trabalho imaterial, trabalho produtivo, trabalho improdutivo) apresentam características concretas de percepção da dinâmica das classes em torno das transformações estruturais. Por outro lado, o neo-marxismo direciona-se para a ênfase das estratificações de classe relacionadas com os mercados de trabalho. Se tomarmos como base as considerações acima apresentadas, pode-se afirmar que por mais que haja uma percepção empírica das classes sociais por meio dos empregos, os argumentos sobre os posicionamentos de classe são fracos por conta da grande variação da base analítica: as relações do trabalho são deixadas em segundo plano.

CLASSE TRABALHADORA OU PRECARIADO? BREVES CONSIDERAÇÕES

Do ponto de vista da análise de classes, as redefinições empíricas de classes sociais implicam em novas capacidades de redefinição desses estratos de classe. Como já foi afirmado aqui, a problemática procura tratar as tensões entre os *classes médias* e intermediárias, mas também às tensões em relação aos setores pauperizados das *classes trabalhadoras*, o chamado *precariado*. Recentemente, na teoria sociológica, conforme se ensaiou a ampliação da noção de classe trabalhadora, a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2003), trouxe novas definições que permitiram perceber a classe trabalhadora não apenas composta pelos trabalhadores manuais *diretos*, mas também, por trabalhadores improdutivos, principalmente do setor de serviços, com relações com o público ou com as empresas; passa a incluir o proletariado industrial e rural, assalariados do setor de serviços e o proletariado precarizado, o sub-proletariado, terceirizados, ou subcontratado, ou trabalhadores da economia informal e desempregados. Nessa definição, há o surgimento de percepção de novas frações de classe nos meandros inferiores das classes trabalhadoras.

Contrariamente à perspectiva aqui enunciada, vale lembrar que muitas outras análises colocam a *questão salarial* como central (CASTEL, 1996; PAUGAN, 2000; STANDING, 2011). Tal ênfase sobre a precariedade salarial apresenta relação entre as degradações do trabalho evidenciando a situação precária que cria vidas inseguras e danificadas e que rompe com a cidadania geradas - pelo menos nos países centrais - pelo emprego e as formas de regulação de trabalho.

Com base nessas duas perspectivas, podemos contrastar a precarização como inerente ao trabalho ou a precarização da questão salarial como duas faces da mesma moeda. Ao contrário das disparidades relacionadas às classes médias, as redefinições entre



as classes trabalhadoras e o precariado se dinamizam em torno das inclusão ou exclusão dos trabalhadores na atual dinâmica pós-fordista do trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, P. **A Árvore de Maio: A resistência estudantil e sua atualidade** (Brasil e Portugal). 2015. 395 f. Tese (Doutorado em Democracia no Século XXI) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o Intempestivo: Grandeza e misérias de uma aventura crítica** (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses das questão social: uma crônica do trabalho**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUVEL, Louis. Le Retour des Classes Sociales? **Revue de l'OFCE**, Octobre, 2001.

ESTANQUE, Elísio. **Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

MILIBAND, Ralph. Análise de Classes. In: GIDDENS, Antony. TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1996, pp. 471-512.

MILS, C. Wright. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1976.

PAUGAN, Serge. **Le salaríé de la precarité: les nouvelles formes de l'integration professionnelle**. Paris: PUF, 2000.

PORTES, Alejandro. HOFFMAN, Kelly. **Las estructuras de clase en América Latina: composición y cambios durante la época neoliberal**. Santiago: CEPAL-UN, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **Classes in Contemporary Capitalism**. London: NLB, 1976.

SAES, Décio. Classe Média e políticas de classe (uma nota teórica). In: **Contraponto**, Ano 2, 2 novembro de 1977, pp. 96-102.



XI SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS – SEPECH
Humanidades, Estado e desafios didático-científicos
Londrina, 27 a 29 de julho de 2016

STANDING, Guy. **The Precariat: The New Dangerous Class**. London: Bloomsbury, 2011.

TRÓPIA, Patrícia. A inserção de classe dos assalariados não-manuais um debate com a bibliografia marxista. In: **Cadernos CEMARX**, 1, 2004, pp. 68-74

WRIGHT, Erik Olin. (1989). Rethinking, once again, the concept of class structure. In: WRIGHT, Erik Olin. **The Debate on Classes**. London: Verso.